



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 03/2016

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 12 de fevereiro de 2016*

-----Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Dalila Barros e José Galrito, Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

-----Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:**-----

-----A Câmara considerou justificada a falta do Senhor Vereador Paulo Paulino, nos termos do nº 1 do Artigo 18º do Regimento nos termos da alínea

c) do artigo 39º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- O presidente iniciou a sua intervenção para agradecer a compreensão dos vereadores por terem anuído, ao pedido de alteração, da data e hora da reunião ordinária e das justificações apresentadas visto estar inscrito na ordem de trabalhos assuntos que são necessários submete-los à próxima reunião de Assembleia Municipal, por serem do interesse para o Município. -- Continuou no uso da palavra para informar que teve conhecimento de um baixo assinado em que o primeiro subscritor foi o senhor Francisco Alho Xavier, no que respeita à falta de médico em Alcoutim verificada no último mês e meio, documento que foi remetido para os vereadores, juntamente com a restante documentação. Prosseguiu indicando as démarches realizadas para sanar esta situação nomeadamente as reuniões, e contactos telefónicos realizadas com os responsáveis regionais nomeadamente a ARSAlgarve na pessoa do Dr. João Moura Reis e o ACES Sotavento na pessoa do Dr. Pedro Alves. Informou ainda, com satisfação, que tinha recebido uma mensagem do Diretor Executivo do ACES que já existia autorização de despesa por parte do Governo, para a contratação do médico.-----

----- Informou ainda que a Câmara Municipal remeteu à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim dois ofícios relativos ao Centro Infantil “A Joanelha” e do Posto de Abastecimento de Combustíveis. Em relação à Joanelha, referiu que foi confrontado duas vezes na última semana, com a impotência por parte deste Centro Infantil, receber inscrições por se encontrar esgotada a sua capacidade, pelo que o ofício serviu para demonstrar preocupação relativo a esta situação e, disponibilizar-se para a resolução de quaisquer dificuldades na resolução deste problema. Quanto ao Posto de Abastecimento de combustíveis, que se encontram mais uma vez encerrados, e que por essa via estrangula o abastecimento de combustíveis, quer às pessoas que visitam o Concelho, quer aos residentes, solicitando também uma rápida intervenção da Associação Humanitária para o restabelecimento deste serviço.

-----Passada a palavra aos Vereadores, o vereador José Pereira iniciou a sua intervenção para questionar sobre o motivo do assunto, relativo ao Luar do Rio, não ter vindo à presente reunião, nem à anterior, uma vez que tinha sido retirado na penúltima reunião. O presidente respondeu que foi solicitado esclarecimentos à ASAE e, até ao momento, ainda não foi obtida resposta, garantindo que aquando o recebimento da informação solicitada o ponto será novamente presente à Câmara Municipal. -----

-----Seguidamente a Vereadora Dalila Barros usou da palavra para ler o seguinte discurso: "Museus na via de Alcoutim. Gostaria de questionar o senhor presidente do porquê dos museus existentes na Vila de Alcoutim se encontrarem encerrados. Nas portas encontram-se afixadas folhas A4 nas quais se possa ler, passo a citar: - A partir do castelo são efetuadas visitas orientadas aos núcleos museológico de arte sacra, capela, Dr. João Dias, antigo Hospital da Misericórdia. Marque a sua visita na receção do castelo no seguinte horário 15 e 30, disfrute" O mesmo texto encontra-se traduzido em inglês. Senhor presidente, não sei se poderei chamar brincadeira de crianças ou de mau gosto. Se por ventura um visitante chegar à Vila terá que esperar até às 15 e 30 para visitar qualquer dos museus? É assim que Alcoutim sabe receber? Será que a Câmara tem falta de pessoal afeto aos museus? Dantes eram suficientes mas os senhores criticaram, e agora? O que tem o senhor presidente para alegar perante caricata situação?" Perante as questões levantadas, o presidente justificou que a situação invocada pela vereadora passa por uma estratégia encontrada por quem coordena esta área que nos propôs esse modelo que vai ao encontro da necessidade de pessoas para esses núcleos e também pelo escasso número de visitantes que foram apontados e por esta via podia otimizar os recursos e que passado este período experimental irá ser avaliado para saber se este modelo funciona ou não. A Vereadora solicitou novamente a palavra para salientar novamente que estava escrito na porta do castelo "Marque a sua visita na receção do castelo no seguinte horário 15 e 30, portanto a pessoa só pode marcar a visita Às 15 e 30, não percebo porquê e o senhor não percebeu, queria que me esclarecesse e não se justificasse com as pessoas". O presidente esclareceu que se é essa a mensagem, tratar-se-á de um erro porque as visitas é que decorrem às 15 horas

e 30 minutos, podendo os visitantes marcar as mesmas até esse horário, comprometendo-se a averiguar junto dos serviços esta situação. -----

----- A vereadora Dalila Barros continuou no uso da palavra para ler um documento, documento que faz parte integrante da presente ata: *“Falta de médico em Alcoutim. Já nos acostumamos à falta de médico em Alcoutim. Já nos acostumamos à inanição de um presidente de câmara perante tão crítica situação. E foram precisos dois meses senhor presidente, mas já nos habituou com situações idênticas como a situação do centro de saúde de vaqueiros, a escola, a unidade móvel, a estalagem. Tudo se resolve ao fim de dois meses, ou dois anos, ou nunca. No entanto, através dos órgãos de comunicação social do dia dez de fevereiro é o porta-voz local do Partido Socialista que representa o nosso Município. Onde está o representante máximo do concelho? O senhor apenas foi na onda. Em situações de crise o senhor não está lá. Mas para fazer plágio de ações do anterior executivo podemos vê-lo em grandes fotografias de jornal. Aprendemos também, conforme acusações feitas pelos senhores, não teve o anterior executivo capacidade de combater a desertificação. Mas finalmente a lição chegou. É através da entrada de sírios em Alcoutim, e diria mais, em todo o interior. É com tristeza que no concelho de Alcoutim que escolhemos para viver que nos deparamos com uma falta de desenvolvimento económico, caminhamos lentamente para o abismo. Os vereadores do PSD”*. Sobre o conteúdo deste documento, o presidente esclareceu que desde novembro que esteve sempre presente na ARS, no ACES numa atitude proactiva no sentido de colmatar a falta de médico, e que fossem tomados os procedimentos de forma antecipada para que a situação não chegasse onde chegou. Informou ainda, que apesar de não ter forma de o comprovar, pois não se fez acompanhar de órgãos de comunicação social para o efeito, realizou vários contactos, quer telefonicamente quer através de reuniões, com os responsáveis regionais comunicando-lhes *“...que se por ventura houvesse falta, houvesse incapacidade financeira por parte da ARS para suportar as despesas e que pontualmente fosse necessário o Município intervir, desde que tivéssemos a anuência por parte da ARS teríamos disponíveis para o fazer e chegamos a fazê-lo só que atempadamente, uns dias antes disso estar mais ou menos operacionalizado disseram-nos que fosse*

  
4

*suspenso essa medida e que teríamos luz verde por parte do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado das Finanças para autorizar a despesa que viesse a viabilizar a contratação de um médico.” -----*

----- Seguidamente foi dada a palavra ao vereador José Pereira que referiu que tinha ouvido atentamente o presidente e no seguimento da sua intervenção, o mesmo demonstra falta de respeito “pela sua oposição ou pelo executivo todo”, dado que refere que a senhora vereadora coloca em causa a “sua inércia”, e no qual discorda, uma vez que entende que não usa os meios de difusão pública para esclarecer ou fazer pressão em alguns assuntos, e é neste sentido que refere que corrobora com a vereadora, uma vez que o presidente, aquando da contratualização do protocolo com a Cruz Vermelha Portuguesa – Extensão de Tavira, no que concerne à Unidade Móvel de Saúde (UMS) “fez show off”, na localidade das Alcarias “ao chamar a Comunicação Social e Televisão”, só nesse dia. Citou de seguida que é importante que haja a transmissão dos problemas e /ou preocupações, do concelho, no entanto, o que não pode tolerar é a omissão de informação de assuntos de extrema importância com a oposição, dado que o mesmo se arrasta desde novembro do transato ano, sem que o presidente tivesse transmitido essa preocupação, no que respeita à falta de médicos em Alcoutim. Relembrou que em anos anteriores participou em manifestações com o Partido Socialista (PS), em que o objetivo primordial era a defesa do concelho de Alcoutim, portanto, considera que o presidente não provou isso ao não transmitir essa preocupação, colocando apenas em causa, que a vereadora o acusou de inércia e que “o executivo municipal pouco ou nada fez”. Quanto à reportagem transmitida na TV referiu que o líder ou porta-voz da bancada do PS da Assembleia Municipal passou “um atestado de incompetência” ao senhor presidente da Câmara, e como tal questiona se é necessário a elaboração de um baixo assinado para “se dar a conhecer” os problemas do concelho? Culminou a sua intervenção mencionando que é inadmissível ir para a televisão referir que a solução do concelho no combate à desertificação “passa pela importação de Sírios”, o que demonstra que o executivo permanente não tem estratégia, projetos e/ou política de desenvolvimento económico, e é nesse sentido que vai a sua crítica. -----

R

-----O presidente pontualizou que se tratava de duas coisas distintas referindo que, “uma é a televisão, uma é o direito de liberdade de imprensa e outra é aquilo que eu fiz e aquilo que eu faço”, explicando que foi contactado pela RTP para prestar declarações, no âmbito da falta de médico em Alcoutim, na qual prestou declarações em que referiu o que estava a ser feito para resolver esta questão e na peça apenas passou cinco segundos, não sendo da sua competência interferir na edição da mesma, demonstrando ainda descontentamento com o resultado final que passou na televisão. Informou ainda que a equipa de reportagem ao saber do baixo assinado, convidaram o seu primeiro subscritor, o senhor Francisco Xavier, para prestar declarações, sendo a responsabilidade das mesmas deste. -----

-----O vereador José Galrito solicitou a palavra para também emitir opinião sobre este tema, referindo que muitas vezes as coisas só funcionam com baixos assinados ou quando a televisão interfere, sendo estes meios muitas vezes mais eficazes do que as reuniões realizadas entre as Instituições. Aproveitou ainda para congratular-se com o papel do presidente na gestão deste assunto, apontando à Administração Regional da Saúde do Algarve a responsabilidade de uma resposta atempada a este problema. Outra questão que abordou foi o facto de que a Câmara Municipal não deve interferir em movimentos de cidadãos independentemente dos partidos políticos. Finalizou a sua intervenção, para, também ele, repudiar a peça que foi emitida na RTP visto que passou uma imagem de degradação e Alcoutim não é a Silveira, um monte em Ruínas, Alcoutim é mais do que isso. -----

-----O vereador José Pereira solicitou a palavra para apresentar o seguinte protesto, documento que faz parte integrante da presente ata: -----  
“PROTESTO -----

-----*Os vereadores do PSD, José Carlos da Palma Pereira e Dalila Manuela da Costa Barros, consideram inaceitável e discordam da compra do imóvel, pertencente ao Sr. Francisco Alho Xavier, adquirido pela Câmara Municipal.* -----

-----*Sem qualquer interesse público municipal, o presidente da Câmara, adquiriu a casa do amigo e líder de bancada do PS na Assembleia Municipal,*

  
6



*pelo valor de 70.000,00€ justificando a localização da mesma e a necessidade premente de criar um espaço de valorização, promoção e divulgação dos produtos endógenos e do artesanato local. -----*

*----- Este negócio, incomoda-nos, deixa-nos dúvidas, e não é mais do que um favorecimento pessoal! -----*

*----- Se foi intenção da Câmara Municipal criar um espaço de valorização, promoção e divulgação dos produtos endógenos e do artesanato local, porque não o fez no edifício da Câmara (antigas escolas primárias), localizado na Praça da República, com mais espaço, com melhor localização e sem qualquer custos? -----*

*----- Porque compra com o dinheiro da Câmara, um prédio quase em ruínas por 435,00€ ao metro quadrado? -----*

*----- Não considera um custo desnecessário e um valor excessivamente elevado? -----*

*----- O último terreno comprado em Alcútem, pelo anterior executivo, teve o custo de aproximadamente um euro ao metro quadrado, sendo, parte deste terreno urbanizável. -----*

*----- Não passa de um favorecimento pessoal, ao líder de bancada do PS da Assembleia Municipal, que o Senhor Presidente teve a intenção de beneficiar. -----*

*----- É do conhecimento público, que o proprietário teve o imóvel à venda durante muito tempo e não conseguiu arranjar comprador, recorrendo depois à sua influência partidária, junto do Presidente da Câmara para conseguir vende-lo. -----*

*----- Não percebemos, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal gasta aproximadamente 100.000,00€ na compra de casas em ruínas e ao mesmo tempo contrai um empréstimo de 157.000,00€ para terminar os arranjos exteriores do lar de Martim Longo, o que levou ao atraso na sua abertura.*

*Não nos revemos neste tipo de gestão, negociatas e compadrio, pelo que apresentamos o presente protesto. -----*

*----- Alcútem, 10 de Fevereiro de 2016. -----*

*----- Os Vereadores" -----*

*[Assinatura]*  
7

R

-----Face ao protesto apresentado, o presidente questionou o vereador José Pereira como vê a aquisição do terreno em que se pretende instalar o novo Parque de Campismo, que foi adquirido pelo executivo permanente que pertenceu, sem acautelar a ocupação que existia há muito tempo no mesmo, e que a resolução do mesmo passa por uma decisão do Tribunal, ao qual o vereador José Pereira não se quis manifestar referindo que esse assunto não teria passado por si. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º28) respeitante ao dia 11 de fevereiro, que apresentava os seguintes resultados: -----

-----Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.165.975,72;-----

-----Operações Orçamentais - € 852.265,25;-----

-----Operações Não Orçamentais - € 306.298,32 -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O Senhor presidente pôs à discussão a:-----

-----**Ata n.º 02/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 27 de janeiro de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

-----**EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A VAQUEIROS – LIBERAÇÃO PARCIAL DE GARANTIAS BANCÁRIAS:** Foi presente uma proposta do Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à aprovação da Liberação Parcial de Garantias Bancárias, nos termos da informação técnica.

-----Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

8



-----  
-----**EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE VAQUEIROS – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO:** Foi presente uma proposta do Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à aprovação da Liberação Parcial de Caução, nos termos da informação técnica. -----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

-----  
-----**EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDES JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE BENTOS E FERNANDILHO – LIBERAÇÃO PARCIAL DE GARANTIAS BANCÁRIAS:** Foi presente uma proposta do Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à aprovação da Liberação Parcial de Garantias Bancárias, nos termos da informação técnica. -----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

-----  
-----**EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDES JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE BENTOS E FERNANDILHO – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO:** Foi presente uma proposta do Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à aprovação da Liberação Parcial de Caução, nos termos da informação técnica.-----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

-----  
-----**RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, NA MODALIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE QUATRO POSTOS DE TRABALHO DA**

R

**CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO – RENOVAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO:**

Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, com base na informação dos serviços, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, delibere solicitar à Assembleia Municipal a renovação de autorização de abertura do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com início e produção de efeitos a 25 de março de 2016, para ocupação de quatro postos de trabalho de assistente técnico de forma a concluir o referido procedimento-----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

**----- ATUALIZAÇÃO DA QUOTA DA ASSOCIAÇÃO ODIANA PARA**

**2016:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, de acordo com o disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a quota mensal para o ano de 2016 da Associação Odiana em € 4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros-----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

**----- COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA – DESIGNAÇÃO DOS CIDADÃOS DE IDONEIDADE E PRESTÍGIO RECONHECIDO:**

Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o preconizado na alínea g) do ponto 1 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Policia do Município de Alcoutim que sejam designados os seguintes cidadãos de idoneidade e prestígio reconhecido para integrarem a Comissão

Municipal de Toponímia: Abílio Frade da Encarnação; Manuel Joaquim do Rosário; Rui Manuel Ribeiros da Cruz, -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

----- **MAPA DE PESSOAL PARA 2016 – 1.ª ALTERAÇÃO/MAPA DE PESSOAL PARA 2016 – NOVOS INGRESSOS – 1.ª ALTERAÇÃO:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar as alterações ao Mapa de Pessoal do Município de Alcútem para o ano de 2016 e ao Mapa de Pessoal do Município de Alcútem – novos ingressos, bem como para os efeitos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- O Vereador José Pereira solicitou a palavra para referir que não é contra de entrada de pessoas para a Câmara, mas alertou para o facto que em anterior inspeção tinha a mesma referido que há medida que se extinguiria a ocupação dos lugares de encarregado por reforma, a categoria tinha que ser extinta visto que face ao número de trabalhadores apenas poderia ter dois encarregados em vez dos quatro existentes à altura, questionando se tiveram em consideração tal alerta na elaboração da presente proposta. O Presidente, segundado pelo Chefe de Divisão, esclareceu que as limitações atualmente existentes apenas se aplicam aos cargos de dirigentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

----- **ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO – FINANCIAMENTO DAS CANDIDATURAS AO IEF:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea

  
11

o) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea j) do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro aprovar e remeter para aprovação da Assembleia Municipal o Acordo em epígrafe, bem como atribuir uma comparticipação financeira de € 95.756,07 (noventa e cinco mil setecentos e cinquenta e seis euros e sete cêntimos), para fazer face aos valores não comparticipados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA – PROCESSO 02/2016/REQUERENTE: FRANCISCO MANUEL GONÇALVES:**

Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro atribuir uma comparticipação financeira no montante de € 164,00 (cento e sessenta e quatro euros) ao senhor. Francisco Manuel Gonçalves, para fazer face as despesas com a aquisição de óculos. --

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta.-----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA – PROCESSO 01/2016/REQUERENTE: MARIA ANTÓNIA PEREIRA GOMES:**

Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro atribuir uma comparticipação financeira no montante de € 580,00 (quinhentos e oitenta euros) à senhora D. Maria Antónia Pereira Afonso, para fazer face as despesas com a aquisição de óculos. --

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta.-----

R

-----  
**CENTRO PAROQUIAL DE VAQUEIROS – COMPARTICIPAÇÃO**

**FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro atribuir uma comparticipação financeira no montante de € 20.000,00 (vinte mil euros) ao Centro Paroquial de Vaqueiros, para fazer face as despesas com o serviço de apoio domiciliário. -----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

-----  
**ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE**

**ALCOUTIM E A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALGARVE:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar ao abrigo do disposto na alínea bbb) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro aprovar o acordo em epígrafe. -----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria com o voto de qualidade do presidente e 2 (dois) votos contra dos senhores vereadores José Pereira e Dalila Barros aprovar a referida proposta.

-----Os vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever: *“Não estamos contra o funcionamento da Unidade Móvel de Saúde (UMS), no concelho, apenas não concordamos com o conteúdo do protocolo.”* -----

-----  
**CONCURSO PÚBLICO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE**

**SEGUROS/TRIÉNIO 2016-2019:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar a adjudicação do concurso público designado por “ Aquisição de Serviço de Seguros – Triénio 2016-2019” à empresa companhia de Seguros Allianz SA,



pelo valor de € 150.519, 24, isento de IVA, durante o período de 3 anos, com início a 29 de fevereiro de 2016, bem como aprovar a minuta do concurso. --

-----Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

-----**PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO, COM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO, PARA ARRENDAMENTO COM OPÇÃO DE COMPRA DE IMÓVEL MUNICIPAL, PARA A INSTALAÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO TURÍSTICO HOTELEIRO:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que:-----

-----Seja aprovada a escolha do tipo de procedimento – por negociação – para formação do referido contrato de arrendamento com opção de compra;

-----Sejam aprovadas as minutas do Programa de Procedimento do Caderno de Encargos, e do anúncio, bem como que condicionado à aprovação das alíneas anteriores, seja a escolha do procedimento assim como as peças que o constituem submetidas à aprovação da Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea i) do artigo 25.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O presidente da Câmara interveio para informar que a proposta referente ao ponto em questão visa resolver o problema da Estalagem.-----

-----A vereadora Dalila Barros usou da palavra para referir que na Minuta de Anúncio, na alínea c) do ponto 6 é possível ler que a *“declaração de que o candidato possui no mínimo um estabelecimento hoteleiro na Região do Baixo Guadiana (concelhos de Mértola, Alcoutim, Castro Marim, Vila Real de Santo António e Tavira)”*, afirmando não entender a razão do condicionamento do procedimento aos mencionados concelhos e não perceber o motivo pelo qual não é alargado, dado que o que se pretende é que as pessoas concorram a este procedimento. A vereadora Dalila Barros continuou a sua intervenção, voltando a questionar a razão do estrangulamento, dado que noutros pontos, os documentos do procedimento referem que este favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, e da imparcialidade, o que,



em seu entender, não está a acontecer. Mencionou, ainda, não perceber o conteúdo da frase da alínea d) do ponto 6, que refere “declaração que indique o número de anos que exerce a atividade que se pretende exercer no imóvel”, referindo que o mesmo é um pouco confuso. -----

----- Por solicitação do senhor presidente da Câmara, o chefe da Divisão Administrativa e Financeira, de Cultura e Desporto, José Pires, interveio para esclarecer que a alínea d) do ponto 6 serve para assegurar que os concorrentes tenham, no mínimo, 15 anos de experiência no ramo da exploração de empreendimentos turísticos hoteleiros, e que caso a mesma não estivesse prevista, se corria o risco de, e exemplificando, uma empresa mais antiga mas com menos anos de experiência na área pretendida, ser admitida ao procedimento, e outra, com menos anos de fundação, mas com mais experiência na área, não ser admitida. -----

----- A vereadora Dalila Barros, usou da palavra para referir que, apesar de entender o esclarecimento prestado, o conteúdo da frase que compõe a alínea d) do ponto 6 deveria ser alterado de forma a torná-la mais explícita. -

----- Por solicitação do senhor presidente da Câmara, o chefe da Divisão Administrativa e Financeira, de Cultura e Desporto, José Pires, interveio para esclarecer que o Caderno de Encargos foi desenhado com o intuito de haver concorrentes que conheçam, especificamente, a realidade desta região, de forma a promover sinergias entre esta e outras entidades hoteleiras que, nela, já possuam. -----

----- A vereadora Dalila Barros usou da palavra para questionar se “*o que interessa é ser um bom arrendatário ou um mau arrendatário com conhecimento*”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que o ponto 2 da Proposta refere que “*o procedimento por negociação favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência da atividade e dos procedimentos administrativos*”, e, que o ponto 3 diz que “*este procedimento não só permite uma maior flexibilidade na contratação com esta especial complexidade, como também admite conjugar dois importantes princípios básicos da contratação pública, o da concorrência entre os operadores económicos e o da defesa do interesse público*”. O

vereador José Pereira continuou referindo que as limitações do procedimento não facilitam a concorrência entre os operadores, fundamentando a sua afirmação através do recurso a dois exemplos contextualizados. Acrescentou, ainda que o que se pretende, neste tipo de procedimento é “*abrir*” e não “*estrangular*”, dado que, em qualquer concurso, quanto mais concorrentes houver, melhor, e mais hipóteses tem a Câmara de ganhar, à semelhança do que aconteceu com o procedimento de aquisição de seguros. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para referir que o procedimento proposto tem como único objetivo resolver um problema que já muitas vezes tem sido aflorado e que é alvo de preocupação por parte de muita gente. O presidente da Câmara continuou a sua intervenção mencionando que havia pelo menos um ponto em que todos estariam de acordo, e que seria o facto da resolução do problema da Estalagem não ser um processo fácil, dado o mesmo não ter sido passível de resolução nem no passado nem no presente.

----- O vereador José Pereira interveio para pedir ao senhor presidente da Câmara para ser mais específico quando se referia “*ao passado*”. -----

----- O presidente da Câmara Municipal usou da palavra para mencionar que quando tomou posse a Estalagem estava fechada. -----

----- O vereador José Pereira interveio para esclarecer que a Estalagem fechava todos os anos, e naquela altura, para férias e manutenção, acrescentando, ainda, que a empresa, contrariamente ao que tinha sido afirmado pelo senhor vereador José Galrito, não havia entrado em insolvência.

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que o documento em discussão resulta de um trabalho que foi desenvolvido tendo em conta as dificuldades que têm sido sentidas, quer na questão da venda quer na questão do arrendamento, assim como as inúmeras sugestões de pessoas que visitaram a Estalagem e que perspectivaram o que poderia vir a ser o futuro do equipamento causa, e de que forma poderia ser rentabilizado. O presidente da Câmara continuou a sua intervenção referindo que se trata de um procedimento que alia o cumprimento dos normativos legais ao know-how adquirido ao longo do tempo, e que se reveste de uma enorme expectativa de poder vir a resolver o problema da Estalagem. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que *“durante dois anos os senhores não tiveram pressa em alugar a Estalagem, quiseram vender”*. -----

----- O vereador José Pereira continuou a sua intervenção referindo que durante dois anos a Estalagem esteve fechada e que este Caderno de Encargos tem lacunas e estrangula e limita que muitos grupos económicos possam concorrer a este procedimento.-----

----- A vereadora Dalila Barros questionou acerca do porquê de limitar o concurso a apenas a cinco concelhos, e não abrir a todo o continente, dadas as preocupações, dificuldades e enormes expetativas mencionadas pelo senhor presidente, referindo, ainda, a possibilidade de haver concorrentes de outros concelhos com melhores propostas. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que é necessário ter em conta os interesses da própria Câmara. -----

----- A vereadora Dalila Barros interveio para mencionar que existe uma estimativa para reabilitação da Estalagem, de modo a assegurar o seu funcionamento, elaborada pelo Arquiteto, no valor de 204 000,00 €, e referir que no número 1 do artigo 10.º o Caderno de Encargos estabelece que “o valor global dos custos inerentes às obras realizadas pelo adjudicatário com vista à adequação ao exercício da atividade hoteleira no imóvel, até ao montante de 204 000,00 €, será deduzido nas rendas.” A vereadora Dalila Barros continuou a sua intervenção referindo que de acordo com o explicitado, o adjudicatário fará as obras e durante 10 anos não pagará a renda, questionando, de seguida, acerca de quem ou de que entidade fará a fiscalização dessas mesmas obras -

----- Por solicitação do senhor presidente da Câmara, o chefe da Divisão Administrativa e Financeira, de Cultura e Desporto, José Pires, interveio para esclarecer que todas as obras terão que ser solicitadas à Câmara, para além do facto do Caderno de Encargos obrigar o adjudicatário a apresentar cópia dos respetivos recibos de liquidação. -----

----- A vereadora Dalila Barros usou da palavra para solicitar esclarecimentos, designadamente, no que se entende pela *“parte restante do imóvel”* referida no número 1 do artigo 17.º do Caderno de Encargos, e o porquê de no número 2 do artigo 18.º apenas se definir que o arrendatário deve

R

segurar parte do imóvel, e não se obrigar o arrendatário a segurar o imóvel na sua totalidade. -----

-----O presidente da Câmara interveio para alterar a proposta inicial apresentada, no que se refere ao conteúdo do Caderno de Encargos, retirando do número 1 do artigo 17.º a expressão “bem como na parte restante do imóvel”, e alterando a redação do número 2 do artigo 18.º para “o arrendatário deve ainda segurar o imóvel arrendado fazendo constar na apólice o Município de Alcoutim, como beneficiário do seguro, contra qualquer perda ou dano decorrente de incêndio, raio, explosão, inundações ”. -----

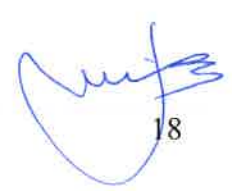
-----A vereadora Dalila Barros usou da palavra para questionar acerca da razão de no ponto 1 do artigo 15.º estar definido que “o número de candidatos a seleccionar para apresentação de propostas não será inferior a 3.

-----Por solicitação do senhor presidente da Câmara, o chefe da Divisão Administrativa e Financeira, de Cultura e Desporto, José Pires, interveio para esclarecer que se trata de uma premissa que decorre da Lei. -----

-----A vereadora Dalila Barros usou da palavra para solicitar esclarecimentos sobre o Anexo VIII do Programa de Procedimento, designadamente, no que diz respeito ao número de postos de trabalho a criar que contemple a população natural e/ou residente no concelho de Alcoutim, e a sua respetiva ponderação no “fator empregabilidade”.-----

-----Por solicitação do senhor presidente da Câmara, o chefe da Divisão Administrativa e Financeira, de Cultura e Desporto, José Pires, interveio para esclarecer que num processo de negociação acontecem dois momentos distintos, o que permite que numa segunda fase, os candidatos admitidos, tenham a possibilidade de cobrir as propostas uns dos outros.-----

-----O vereador José Pereira usou da palavra para referir que, de acordo com o mencionado pelo chefe de Divisão, no segundo momento do concurso, negocia-se com os candidatos de forma a obter a melhor proposta, o que, deste modo vai ao encontro daquilo que tinha mencionado, ou seja, de que ao limitar o procedimento aos hoteleiros do Baixo Guadiana não está a salvaguardar a melhor proposta para a Câmara.-----

  
18

-----Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria com 2 (duas) abstenções dos senhores vereadores José Pereira e Dalila Barros, aprovar a referida proposta.-----

-----Apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever: “ *Em 2013, após a tomada de posse deste executivo, o senhor presidente optou por rescindir o contrato com o arrendatário da estalagem, justificando dívidas de água e rendas. O senhor presidente, com tal decisão, deu uma machadada no turismo em Alcoutim e por consequência prejudicou o emprego e a economia local. Passados dois anos encontramos um edifício degradado e necessitado de obras. Foi uma péssima decisão política, com custos para a Autarquia, para o comércio local, para a imagem de Alcoutim e para os munícipes. Diziam os senhores que tinham investidores interessados na compra da Estalagem e que não concordavam com o arrendamento. Passados dois anos, os senhores mudam as regras do jogo, já não vendem e agora querem arrendar, um arrendamento por negociação, com opção de compra. Somos favoráveis ao arrendamento, queremos ver a única unidade hoteleira do concelho aberta, mas não somos favoráveis a um arrendamento com estas regras, que vão onerar os cofres da Autarquia. Se não vejamos: limita os princípios gerais da concorrência, da igualdade da imparcialidade e da transparência; propõem uma renda de € 1.700,00 mensal; arrendamento por 20 anos, com opção de compra nos primeiros 10 anos; caso o arrendatário opte pela compra, pode deduzir uma percentagem das rendas já pagas; todas as despesas com obras que o arrendatário execute até ao montante de € 204.000,00, serão deduzidas nas rendas. Então vejamos: A Divisão de Obras da Câmara Municipal, informa que, o Edifício para estar em condições de funcionamento necessita de obras de reabilitação, no valor € 204.000,00. O que quer dizer, que o município não vai receber qualquer verba nos primeiros 10 anos de funcionamento. Caro presidente, há dois anos tomou uma péssima decisão política, agora mais um péssimo negócio, mais uma péssima gestão de processo, tal como foi o processo do Edifício dos Paços do Concelho, tal como foi o Edifício do Espaço Guadiana, tal como está a ser o Lar de Martim Longo, entre outros. E para concluir, citamos uma opinião: “De facto, quem dirige e orienta as instituições tem que perspetivar o futuro e agir tendo em*



*conta não só a sobrevivência daquilo que governa, mas o seu fortalecimento. Só isto é que é a verdadeira criação de valor, só isto é que gera confiança para investir em vez de atrair apenas especuladores e predadores. Se isto é verdade para as empresas, é ainda mais para os governantes e políticos, uma vez que a sua responsabilidade é muito maior e tem repercussões muito mais profundas. É também por isso que tem de se falar verdade aos eleitores, para que não se deixem iludir com facilidades de curto prazo, para que se garanta que o que se alcança é duradouro, em vez de enganar com soluções de efeito imediato, mas que escondem um sulco profundo que tornará o caminho cada vez mais difícil. Em política, como na gestão, as lições são para se levar a sério e os lucros fáceis e enganosos só aproveitam a alguns, durante pouco tempo, mas vão fazer sofrer muitos, durante tempo indefinido ... Manuela Ferreira Leite" abstemo-nos".*-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 12 de fevereiro de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade -----

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente da Câmara Municipal,

O Secretário